

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

CNPJ nº 33.466.988/0001-38

www.bcgbrazil.com.br

Relatório da Administração do Banco Caixa Geral - Brasil - 2012

O Banco Caixa Geral - Brasil ("Banco") completou neste exercício 4 anos de atividade, após a sua entrada em operação em abril de 2009. Tendo como estratégia ser um banco de atacado e investimento, o Banco Caixa Geral - Brasil, servindo-se da rede do Grupo Caixa Geral de Depósitos presente em 24 países, apoia as ligações comerciais e de investimentos que os seus clientes brasileiros vêm estabelecendo na Europa, África e China e, também, os investimentos e operações dos clientes do Grupo CGD presentes no Brasil. A importância estratégica da presença no Brasil para captura dos investimentos e negócios ligados as empresas e a comunidade portuguesa, bem como a dimensão dos movimentos empresariais brasileiros - quer os direcionados à África de língua portuguesa, quer os direcionados a setores ligados à infraestrutura, foram os elementos-chave na decisão do investimento que o Grupo CGD realizou no Brasil através da constituição do Banco com uma sólida base de capital e com a aquisição de uma Corretora de Valores, importante ferramenta para sua atividade no mercado de capitais brasileiro e para o atendimento de seus clientes pessoas físicas e investidores institucionais.

O Banco Caixa Geral - Brasil possui oferta integrada de serviços financeiros, a qual abrange financiamentos em moeda local e moeda estrangeira, garantias, derivativos, câmbio e aplicações financeiras. O Banco também desenvolve atividades de banco de investimento, tais como assessoria a financiamento de projetos, fusões e aquisições, financiamentos estruturados e operações de mercado de capitais, tanto dívida quanto ações. As atividades direcionadas ao atendimento de pessoas físicas e investidores institucionais completam sua oferta de produtos e serviços, a qual engloba investimentos em renda fixa, serviços de corretagem, derivativos e câmbio.

O Banco Caixa Geral - Brasil registrou avanços na consolidação dos seus negócios quando comparado ao mesmo período de 2011 e obteve, globalmente, bom desempenho operacional e financeiro.

A conjuntura favorável da qual o Brasil se beneficia, as necessidades de investimentos nas áreas de Infraestrutura, petróleo e gás e turismo, a crescente internacionalização das empresas brasileiras e a evolução nas relações econômicas entre Brasil, Portugal e a África de Língua Portuguesa permitiram ampliar a base de clientes do Banco e concluir um conjunto de transações de destaque, mencionadas neste relatório.

O futuro da Instituição está ancorado na continuidade de sua estratégia de banco de atacado e de investimento, apoiando os movimentos de internacionalização dos seus Clientes, no aumento da sua base de clientes, no desenvolvimento da sua oferta de produtos e serviços, e na maturação do investimento realizado com a aquisição da Corretora de Valores.

Apresentamos, a seguir, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil relativos ao semestre findo em 31 de Dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. FATOS RELEVANTES DE 2012

Foi concluída a aquisição da Corretora, Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A., a qual passou a chamar-se CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A., sendo que o capital ficou repartido em duas tranches iguais de 50% detidos, respectivamente, pelo Banco Caixa Geral Brasil e pelo Caixa - Banco de Investimento S.A. (Portugal), entidade pertencente ao Grupo Caixa Geral de Depósitos.

2. DESEMPENHO
2.1 Resultado

O Banco Caixa Geral Brasil é responsável pela consolidação e reporte financeiro das entidades que integram o Grupo Caixa Geral de Depósitos no Brasil. Assim os dados consolidados reportados incluem duas linhas de negócio: O Banco Caixa Geral Brasil e a Corretora CGD Investimentos.

O Banco Caixa Geral - Brasil obteve no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 o resultado líquido individual, excluindo os efeitos decorrentes da equivalência patrimonial da participação na Corretora, de R\$ 16,5 milhões, que compara com R\$ 14,2 milhões para o mesmo período de 2011, apresentando um crescimento de 16%. Os valores apresentados em 2012 excluem os impactos sofridos ao longo do 2º semestre pela aquisição da corretora através da equivalência patrimonial, a qual foi negativa em R\$ 2,7 milhões.

Na obtenção do resultado do Banco destaca-se o significativo crescimento das receitas com prestação de serviços, resultado do aumento da carteira de garantias prestadas em 35% e a participação em importantes mandatos de assessoria financeira a clientes em operações de fusões e aquisições.

As despesas totais do Banco se mantiveram estáveis se comparado mesmo período de 2011, com uma variação inferior a 1% resultado de um controle efetivo dos custos do banco. O quadro de funcionários teve um aumento de 14% saindo de 59 ao final de 2011 para 67 em 2012.

Em Setembro de 2012 foi revertida a provisão de crédito sobre garantia prestada, constituída em Junho de 2011, após recebimento de R\$ 12 milhões.

O Grupo CGD assumiu a gestão da Corretora CGD Investimentos em Junho de 2012. A reorganização e o foco nos objetivos estratégicos definidos obrigaram a um esforço considerável. Por outro lado, em termos de mercado a Corretora enfrentou, como a totalidade deste segmento, uma conjuntura desfavorável.

2.2 Ativos e Passivos
2.2.1 Ativos Totais e Carteira de Crédito

Os ativos totais atingiram R\$ 1.267 milhões em 31 de Dezembro de 2012, os quais comparados a R\$ 1.223 milhões em Dezembro de 2012, apresentam um crescimento de 4%. Em Dezembro de 2012, os ativos totais estão representados, principalmente por: R\$ 662,7 milhões em aplicações, R\$ 295,8 milhões de Operações de Crédito, R\$ 132,0 milhões de Títulos e Valores Mobiliários Privados, R\$ 87,7 milhões em Outros Créditos, composto em sua maior parte por carteira de câmbio e R\$ 89,1 milhões em permanente dos quais 97% são relativos ao investimento na operação de corretora de valores.

| Ativo | dez/11 | dez/12 | Δ% | ΔValor |
|-------------------------------|------------------|------------------|-----------|---------------|
| Disponibilidades | 4.879 | 445 | -91% | (4.435) |
| Aplicações Inter. de Liquidez | 939 | 662.715 | 70482% | 661.776 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 538.498 | 132.088 | -75% | (406.410) |
| Relações Interfinanceiras | 6 | 61 | 925% | 55 |
| Operações de Crédito | 220.819 | 295.798 | 34% | 74.979 |
| Outros Créditos | 454.972 | 87.358 | -81% | (367.614) |
| Outros Valores e Bens | 1.024 | 159 | -84% | (865) |
| Permanente | 2.313 | 89.063 | 3751% | 86.750 |
| Total do Ativo | 1.223.448 | 1.267.687 | 4% | 44.239 |

A Carteira de Crédito teve um crescimento no período de 23%, com destaque para o crescimento na prestação de Garantias, Fianças e Avais em 35% e, nas Operações de Crédito com 34%.

| Carteira de Crédito Bruta (R\$ 000) | dez/11 | dez/12 | Δ% | ΔValor |
|--|----------------|----------------|------------|----------------|
| Operações de Crédito | 223.391 | 299.997 | 34% | 76.606 |
| Outros Créditos | 2.306 | 7.309 | 217% | 5.003 |
| TVM (Títulos de Crédito Privado) | 112.737 | 73.991 | -34% | (38.746) |
| Garantias, Fianças e Avais | 316.290 | 427.254 | 35% | 110.964 |
| Total Carteira de Crédito Bruta | 654.723 | 808.551 | 23% | 153.827 |

2.2.2 Captação de Terceiros

O Banco Caixa Geral - Brasil vem crescendo consistentemente a sua Captação de Recursos de Terceiros, tendo encerrado o ano de 2012 com um crescimento de 125%, quando comparado ao mesmo período de 2011, em que se destacam as captações através de depósitos e letras financeiras no montante de R\$ 513,7 milhões feitos por empresas, Investidores Institucionais e Pessoas Físicas, e repasses do BNDES no montante de R\$ 31,0 milhões.

| Captações (R\$ 000) | dez/11 | dez/12 | Δ% | ΔValor |
|---------------------------|----------------|----------------|-------------|----------------|
| Depósitos | 185.452 | 505.696 | 173% | 320.243 |
| Captação mercado aberto | 110.320 | 165.755 | 50% | 55.435 |
| Empréstimos no exterior | 4.219 | - | -100% | (4.219) |
| Letras financeiras | 7.316 | 8.058 | 10% | 742 |
| Letra crédito imobiliário | - | 3.800 | 100 | 3.800 |
| Repasso BNDES | 10.000 | 31.063 | 211% | 21.063 |
| Captações Totais | 317.307 | 714.372 | 125% | 397.065 |

2.2.3 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Caixa Geral - Brasil totalizou R\$ 426,9 milhões em 31 de Dezembro de 2012, comparado a R\$ 418,3 milhões em Dezembro de 2011. A evolução do patrimônio líquido é decorrente do resultado do exercício.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, o Banco optou pela distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio, calculados com base na variação média da TJLP, o que resultou na destinação ao acionista de R\$ 4.829 milhões (Imposto de Renda na Fonte de R\$ 728 mil).

2.2.4 Índice da Basileia

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia II e considera: a) Risco de Crédito - parcela de exigência de capital para a exposição de ativos a compromissos de crédito, ponderados por fator de risco; b) Risco de Mercado - parcela de exigência de capital para as exposições sujeitas a variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros, do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação e de taxa de juros não classificadas na carteira de negociação; e c) Risco Operacional - exigência de parcela específica de capital. O Banco Caixa Geral - Brasil, em conformidade com a Circular nº 3.477/09 do Bacen, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) com maior detalhamento no endereço eletrônico www.bcgbrazil.com.br

Em 31 de Dezembro de 2012, o índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral, composto pelo Banco Caixa Geral Brasil e CGD Investimentos CVC, é de 29,1% o que demonstra que o Banco possui a base de capital necessário para dar curso ao crescimento dos seus ativos nos próximos anos.

3. RANKINGS

- 10º colocado em Originação de Renda Fixa de Curto Prazo - ANBIMA;

- 9º colocado em Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - ANBIMA; e

- 41º no Ranking de Câmbio do Banco Central do Brasil - BACEN.

4. OPERAÇÕES QUE MERECEM DESTAQUE

- Coordenador Sub-Contratado de Emissão de CRI da RB Capital Securitizadora, S.A., lastreado em créditos imobiliários de responsabilidade da Petrobrás Distribuidora, S.A. no montante de R\$ 512 milhões.
- Coordenador Contratado na Emissão de Debêntures do BNDESPar no montante de R\$ 2 bilhões.
- Coordenador da Emissão de Debêntures para financiamento de aquisição da Supremo Cimentos, S.A. pela Semapa no montante de R\$ 128 milhões.
- Assessoria para financiamento de um Terminal Logístico no Porto de Paranaguá, para o Grupo Seara - Assessor Financeiro da Foz do Brasil e da Águas do Brasil (as duas maiores empresas privadas de saneamento brasileiras) na fase de pré-leilão e na estruturação e montagem do financiamento complementar ao financiamento sênior da maior concessão de saneamento do Brasil (AP-05 na cidade do Rio de Janeiro).

5. AGÊNCIAS DE RATING

O Banco possui os seguintes ratings em escala nacional pela Fitch Ratings:

- Rating Nacional de Longo Prazo A+ (bra)

- Rating Nacional de Curto Prazo F1 (bra)

- Rating de Suporte 3

Desde 2010, a RISKbank também efetua análise e classificação do Banco, que é classificado como sendo de baixo risco no curto prazo.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco Caixa Geral - Brasil possui um Conselho de Administração que conta com membros independentes e com vasta experiência na área financeira e corporativa. Além disso, o Conselho de Administração conta com o suporte de um Conselho Consultivo com inquestionável experiência de negócios em Portugal e no Brasil. Em 2012, o modelo de governança foi fortalecido com a criação dos comitês técnicos de Auditoria e Remuneração, ambos em apoio ao Conselho de Administração e integrados por membros deste, sendo o Comitê de Auditoria presidido por um dos membros independentes, que revisaram as demonstrações financeiras encerradas em 31 de Dezembro de 2012.

Em atendimento à Resolução 3.988 do Banco Central do Brasil, a gestão de capital é conduzida pela Administração com base em atividades coordenadas a partir do Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico de Capital do Banco.

7. GESTÃO DE RISCOS

A função de Riscos do Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios e mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos. A gestão de riscos foi estruturada com base numa Gerência de Riscos de Crédito e numa Gerência de Riscos de Mercado, Liquidez e Operacional. A gestão de riscos do Banco apoia-se nos seguintes princípios:

- independência da função de riscos;

- envolvimento da Alta Administração nas tomadas de decisão;

- manutenção de um perfil de risco conservador e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado, os quais são monitorados com base em critérios de concentração por clientes, setores, produtos, prazos - entre outros;

O Banco Caixa Geral - Brasil, através da sua área de Controles Internos, vem atendendo todos os requisitos das autoridades de supervisão, bem como da sua Matriz, além de focar-se no contínuo aperfeiçoamento das estruturas do Banco.

8. RECURSOS HUMANOS

Em dezembro de 2012, o Banco Caixa Geral - Brasil possuía 67 colaboradores, apresentando um crescimento de 14% quando comparado ao efetivo de dezembro de 2011. O Banco estruturou a sua equipe de base com executivos de grande experiência profissional no Brasil e no exterior, os quais estão contribuindo para que a instituição seja eficiente e competitiva nos seus nichos de atuação. Em parceria com a CIEE - Centro de Integração Empresa - Escola, o Banco conta com 15 estagiários em dezembro de 2012, cooperando assim para a formação de novos profissionais no setor bancário.

9. RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

Ciente de sua responsabilidade para com a sociedade, o Banco Caixa Geral - Brasil mantém o apoio a projetos que incentivem uma sociedade mais solidária. Para tanto, continuou a atuar em parceria com as seguintes instituições e fundações de reconhecida experiência no campo social e cultural.

- Instituto Tomie Ohtake

Apoio institucional às atividades do ano de 2012 do prestigioso centro cultural estabelecido na cidade de São Paulo e focado nas tendências da arte brasileira e internacional dos últimos 50 anos.

- Projeto Xiquete - Cuida ou outra história

Apoio ao projeto que ajuda de jovens carentes de alto risco no Centro de São Paulo, Cracolândia, Praça da Sé, República, procurando integrar esses jovens de alto risco na sociedade, trabalhando com questões como a violência, abandono, educação, saúde e abuso de drogas. O projeto é reconhecido no cenário nacional e é uma referência no setor, tendo sido premiado pela UNICEF, ABRINQ, Fundação SCHWAB, entre outros.

- Fundação Dorina Nowill - Projeto de Educação Especial para Crianças e Adolescentes Cegos

Apoio à produção e distribuição de livros infantis em Braille em tinta e em áudio para crianças com e sem deficiência visual, os quais foram entregues a 12.000 escolas e bibliotecas.

- Instituto Olga Kos - Iniciação ao karatê-do para jovens com deficiência intelectual

Apoio a crianças e jovens carentes com Síndrome de Down e/ou deficiência intelectual através de arte, cultura e esporte.

10. AGRADECIMENTOS

A Diretoria do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nós depositam confiança, a seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2013

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

| | 2012 | 2011 | | 2012 | 2011 |
|---|----------------|----------------|---|------------------|------------------|
| Ativo | 896.100 | 805.587 | Passivo | 486.719 | 715.969 |
| Circulante | 445 | 4.879 | Circulante | 216.895 | 126.402 |
| Disponibilidades | 654.323 | 482 | Depósitos | 1.217 | 597 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 627.665 | 160 | Depósitos à vista | 127.428 | 60.250 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 100 | 322 | Depósitos a prazo | 88.250 | 65.555 |
| Aplicações em moeda estrangeira | 26.558 | - | Captações no Mercado Aberto | 165.755 | 110.320 |
| Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos | 11.686 | 243.768 | Carteira própria | 165.755 | 110.320 |
| Carteira própria | 9.152 | 239.807 | Recursos de Aceites e Emissão de Títulos | 7.415 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2.534 | 3.961 | Obrigações por emissão de letras financeiras | 7.415 | - |
| Relações Interfinanceiras | 61 | 6 | Relações Interdependências | 184 | 500 |
| Pagamentos e recebimentos a liquidar | - | 6 | Recursos em trânsito de terceiros | 184 | 500 |
| Créditos vinculados | 61 | - | Obrigações por Empréstimos e Repasses | 13.109 | 4.219 |
| Operações de Crédito | 148.408 | 101.191 | Repasses do país - Instituições oficiais | 13.109 | - |
| Operações de crédito | 148.408 | 102.576 | BNDES | 10.051 | - |
| Setor privado | 150.823 | 102.576 | Finame | 3.058 | - |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (2.415) | (1.385) | Empréstimos no exterior | - | 4.219 |
| Outros Créditos | 81.018 | 454.309 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 1.113 | 7.000 |
| Carteira de câmbio | 58.929 | 435.469 | Instrumentos financeiros derivativos | 1.113 | 7.000 |
| Rendas a receber | 10.329 | 2.745 | Outras Obrigações | 82.248 | 467.528 |
| Negociação e intermediação de valores | 2 | - | Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 63 | 192 |
| Diversos | 11.827 | 16.106 | Carteira de câmbio | 57.295 | 433.136 |
| (-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | (69) | (11) | Sociais e estatutárias | 4.105 | 8.141 |
| Outros Valores e Bens | 159 | 952 | Fiscais e previdenciárias | 3.047 | 9.351 |
| Despesas antecipadas | 159 | 952 | Negociação e intermediação de valores | 7.354 | 104 |
| Diversas | - | - | Diversas | 10.384 | 16.604 |
| Realizável a Longo Prazo | 282.525 | 415.549 | Exigível a Longo Prazo | 353.374 | 88.731 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 8.392 | 457 | Depósitos | 288.801 | 59.102 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 8.392 | 457 | Depósitos a prazo | 258.257 | 59.102 |
| Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos | 120.402 | 294.729 | Depósitos interfinanceiros | 30.544 | - |
| Carteira própria | 68.798 | 108.995 | Recursos de Aceites e Emissão de Títulos | 4.443 | 7.316 |
| Vinculados a compromissos de compra | 5.192 | 110.809 | Obrigações por emissão de letras financeiras | 4.443 | 7.316 |
| Vinculados a prestação de garantias | 1.466 | 66.001 | Obrigações por Empréstimos e Repasses | 17.955 | 10.000 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 44.946 | 8.924 | Repasses do país - Instituições oficiais | 17.955 | 10.000 |
| Operações de Crédito | 147.391 | 119.628 | BNDES | 7.955 | - |
| Operações de crédito | 147.391 | 119.628 | Finame | 10.000 | 10.000 |
| Setor privado | 149.174 | 120.815 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 34.678 | 9.916 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.783) | (1.187) | Instrumentos financeiros derivativos | 34.678 | 9.916 |
| Outros Créditos | 6.340 | 663 | Outras Obrigações | 7.497 | 2.397 |
| Rendas a receber | 3 | 16 | Sociais e estatutárias | 171 | 171 |
| Diversos | 6.337 | 17.865 | Fiscais e previdenciárias | 5.316 | 1.878 |
| (-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | - | (17.218) | Diversas | 2.010 | 348 |
| Outros Valores e Bens | - | 72 | Resultado de Exercícios Futuros | 649 | 490 |
| Despesas antecipadas | - | 72 | Rendas antecipadas | 649 | 490 |
| Permanente | 89.062 | 2.312 | Patrimônio Líquido | 426.945 | 418.258 |
| Investimentos | 86.696 | 37 | Capital social | 400.000 | 400.000 |
| Participação em controlada | 86.696 | 37 | De domiciliados no exterior | 400.000 | 400.000 |
| Outros investimentos | 2 | 2 | Reservas de lucros | 26.945 | 18.438 |
| Provisão para perdas | (2) | (2) | Ajuste ao valor de mercado - TVM | - | (180) |
| Imobilizado de Uso | 1.418 | 1.450 | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 1.267.687 | 1.223.448 |
| Outras imobilizações de uso | 2.034 | 1.865 | | | |
| Depreciações acumuladas | (616) | (415) | | | |
| Diferido | 576 | 637 | | | |
| Gastos de Organização e Expansão | 1.635 | 1.512 | | | |
| Amortizações Acumuladas | (1.059) | (875) | | | |
| Intangível | 372 | 188 | | | |
| Outros ativos intangíveis | 1.106 | 972 | | | |



Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

CNPJ nº 33.466.988/0001-38

www.bcgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

1. Contexto Operacional

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") é parte integrante do grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das cartéis comerciais, de câmbio e de investimento. O Banco é o sucessor legal do Banco Nacional Português - "em Liquidação Ordinária". Em 3 de dezembro de 2008, foi transformado em banco múltiplo e teve a sua liquidação ordinária suspensa. Em 1º de abril de 2009, o Banco iniciou suas operações como banco de atacado e de investimentos. O Grupo Caixa de Geral de Depósitos, por meio de suas controladas, o Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Brasil) e a Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), adquiriram a Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Banif CVC"), por meio dos seguintes eventos: (a) A CGD Participações em Instituições Financeiras ("CGD Participações"), controlada pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Brasil) e pelo Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), em partes iguais, em conformidade com as condições previstas no "Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações", celebrado em 2 de junho de 2010 e aditamentos posteriores, a aquisição de 70% do capital social da Banif CVC; (b) Em 12 de julho de 2010, o Banco deteve 588.821 quotas, livres de ônus e encargos, equivalentes a 50% do total das quotas representativas do capital social da CGD Participações, com efeitos a partir de 1º de junho de 2010. Nessa mesma data, o Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal) passou a deter os 50% restantes das quotas da CGD Participações; (c) Em 26 de agosto de 2011, foi assinado o Decreto Presidencial do Governo Brasileiro, que aprovou a participação estrangeira da CGD Participações, no capital social da Banif CVC; (d) Em 9 de abril de 2012, o Banco Central do Brasil - BACEN aprovou a transferência do controle acionário (70% da participação acionária) da Banif CVC, por meio da aquisição de ações do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. para a CGD Participações; (e) Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 10 de maio de 2012 e Comunicado do Banco Central do Brasil de 8 de junho de 2012, que alterou e aprovou, respectivamente, a denominação social de Banif CVC para CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("CGD Investimentos"); (f) Em 11 de junho de 2012, a CGD Participações adquiriu as ações remanescentes (30% da participação do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.) tornando-se o único acionista. Dessa forma, o Banco, através da sua controlada CGD Participações, passou a deter 50% do capital social da referida Corretora em conjunto com o Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), o qual igualmente passou a deter 50% do capital; (g) Em 31 de outubro de 2012, como parte da reestruturação societária do Grupo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação, de forma reversa, da totalidade do ativo líquido da controladora CGD Participações pela controlada CGD Investimentos. A incorporação, amparada por laudo elaborado por peritos independentes, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2012, foi efetivada pela absorção de todos os ativos e passivos da CGD Participações, que se extinguiu, tendo sido sucedida pela CGD Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações (nota 13). Dessa forma, o Banco passou a deter participação direta de 50% do capital social da CGD Investimentos. Esta transação encontra-se em fase de aprovação por parte do Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A incorporação da BACEN, subsistema do Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os procedimentos do Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido adotados pelo BACEN. Os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Redução dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11; e) CPC 23 - Registro contábil e evidenciamento de políticas contábeis, mudança de estimativa e reificação de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Adoção de uma política de gerenciamento de risco - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e h) CPC 00 - Pronunciamento contábil básico - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 21 de fevereiro de 2013.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pró-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais; **b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revisados, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda; **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo; **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços; **e) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício. (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM". (iii) Títulos disponíveis até o vencimento: são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento. **f) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, swaps e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios: • Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre o valor de mercado no momento da operação e o valor de mercado no momento da liquidação; • Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício; • Operações de swaps: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pró-rata" dia até a data das demonstrações financeiras; • Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução de receita ou despesa, conforme resultado auferido. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício. **g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pró-rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela Administração, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e as garantias, com observância dos parâmetros de risco estabelecidos na Resolução CMN nº 2.652/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações reconhecidas como nível "H" em que não estejam em processo de renegociação são anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. **h) Operações em moeda estrangeira:** As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda no resultado do exercício. **i) Ativos e passivos não realizados a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. **j) Permanente:** • Investimentos: A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição. O ágio com fundamento na previsão de resultados futuros da controlada é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões. O ágio constituído pela aquisição de intangíveis classifica-se, de acordo com suas características, em uma das seguintes categorias: **k) Ativos contingentes, obrigações legais e provisão para risco:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios técnicos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisão para risco - não reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais não incorreram custos; **m) Passivos circulares e provisão a longo prazo:** Demonstrados por valores líquidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 2012 | 2011 |
|---|---------|-------|
| Disponibilidades | 445 | 4.879 |
| Aplicações em operações compromissadas (nota 5) | 558.879 | — |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 559.324 | 4.879 |

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as aplicações em depósitos interfinanceiros apresentam, na data de aquisição, prazo de vencimento superior a noventa dias.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

| | 2012 | | 2011 | |
|--|-------------|------------------|-------------|------------------|
| | Até 3 meses | Acima de 3 meses | Até 3 meses | Acima de 3 meses |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 100 | 8.392 | 4.892 | 457 |
| Aplicações em operações compromissadas | 627.665 | — | 627.665 | 160 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | 26.558 | — | 26.558 | — |
| Total | 654.223 | 8.392 | 662.715 | 457 |

(*) Em 31 de dezembro de 2012, parte das operações compromissadas no montante de R\$ 68.786 estão demonstradas em garantia na BM&FBOVESPA para as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (vide nota 7.9), portanto, estas operações não foram consideradas como equivalentes de caixa.

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

| | 2012 | | 2011 | |
|---|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor de custo | Valor de mercado | Valor de custo | Valor de mercado |
| Títulos para negociação | — | — | — | — |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | — | 65.698 | 65.652 | — |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | — | 104.852 | 104.838 | — |
| Títulos privados - renda variável | 9.155 | 9.152 | — | — |
| Total de títulos para negociação | 9.155 | 9.152 | 170.550 | 170.490 |
| Títulos disponíveis para venda | — | — | — | — |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 1.465 | 1.465 | 1.351 | 1.351 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*) | — | — | 104.957 | 104.790 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | 73.990 | 73.990 | 69.450 | 69.450 |
| Debêntures | — | — | 43.286 | 43.286 |
| Notas Promissórias | — | — | — | — |
| Total de títulos disponíveis para venda | 75.456 | 75.456 | 355.473 | 355.172 |
| Total de títulos e valores mobiliários | 84.611 | 84.608 | 525.973 | 525.612 |

(*) Títulos bloqueados em depósito judicial (nota 18.a).

b) Composição por prazo de vencimento:

| | 2012 | | 2011 | |
|--|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor de custo | Valor de mercado | Valor de custo | Valor de mercado |
| Títulos para negociação | — | — | — | — |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | — | 65.698 | 65.652 | — |
| De 1 a 3 anos | — | — | — | — |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | — | 104.852 | 104.838 | — |
| De 3 a 5 anos | — | — | — | — |
| Total de títulos públicos | 9.155 | 9.152 | 170.550 | 170.490 |
| Títulos privados - renda variável sem vencimento | 9.155 | 9.152 | — | — |
| Total de títulos para negociação (*) | 9.155 | 9.152 | 170.550 | 170.490 |
| Títulos disponíveis para venda | — | — | — | — |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | — | — | — | — |
| De 3 a 5 anos | 1.465 | 1.465 | 1.351 | 1.351 |
| De 1 a 3 anos | — | — | 136.379 | 136.245 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | — | — | 104.957 | 104.790 |
| Total de títulos públicos | 1.465 | 1.465 | 242.687 | 242.386 |
| Debêntures | — | — | 26.031 | 26.031 |
| De 3 a 12 meses | 9.018 | 9.018 | — | — |
| De 1 a 3 anos | — | — | — | — |
| De 3 a 5 anos | 64.973 | 64.973 | 43.419 | 43.419 |
| Notas Promissórias | — | — | — | — |
| De 3 a 12 meses | 73.991 | 73.991 | 43.286 | 43.286 |
| Total de títulos privados | 75.456 | 75.456 | 112.736 | 112.736 |
| Total de títulos disponíveis para venda | 9.155 | 9.152 | 239.867 | 239.807 |
| Circulante | 75.456 | 75.456 | 286.106 | 285.805 |
| Realizável a longo prazo | — | — | — | — |
| Total de títulos e valores mobiliários | 84.611 | 84.608 | 525.973 | 525.612 |

(*) Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento. **c) Custódia dos títulos e valores mobiliários:** Os títulos públicos no montante de R\$1.465.874,876 em 2011 estão custodiados no sistema de liquidação e custódia - SELIC, os títulos privados no montante de R\$373.991 (R\$112.736 em 2011) estão custodiados na CETIP - Mercados Organizados e os títulos privados - renda variável no montante de R\$9.152 (R\$0 em 2011) na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC. **d) Valor de mercado:** Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O valor de mercado das ações de companhias abertas foi obtido por meio de cotações dos seus preços de fechamento divulgados pela BM&FBOVESPA. Para os demais títulos que compõem a carteira e que não possuem preços de mercado divulgados, a Administração do Banco adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação. Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" não resultaram em ajuste positivo em 2012 e ajuste negativo no montante de R\$180 em 2011. O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$180 em 2012 (R\$249 em 2011), líquidos dos efeitos tributários.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

| | 2012 | | 2011 | |
|-------------------------------------|----------------|--------------------------------|----------------|--------------------------------|
| | Valor de custo | Ganhos/(Perdas) não realizados | Valor de custo | Ganhos/(Perdas) não realizados |
| Swap - diferencial a receber | 9.276 | 37.799 | 47.075 | 11.515 |
| Swap - diferencial a pagar | (5.928) | (29.533) | (35.461) | (10.933) |
| Total Swap | 3.348 | 8.266 | 11.614 | 582 |
| NDF - a receber | 87 | (6) | 81 | — |
| NDF - a pagar | (2) | (34) | (36) | — |
| Total NDF | (2) | (40) | (55) | — |
| Opções - prêmios e opções a exercer | 114 | 210 | 324 | — |
| Opções - prêmios de opções lançadas | (86) | (127) | (213) | — |
| Total Opções | 28 | 83 | 111 | — |
| Total | 3.374 | 8.315 | 11.689 | 582 |

b) Composição do valor de referência por vencimento:

| | 2012 | | 2011 | |
|----------------------------|-------------|--------------|------------|-----------------|
| | Até 3 meses | 4 a 12 meses | 1 a 3 anos | Acima de 3 anos |
| Swap - posição ativa | 101.560 | 25.300 | 43.200 | 238.867 |
| Swap - posição passiva | 13.439 | — | 35.200 | 197.302 |
| NDF - posição ativa | 596 | 1.782 | — | 2.378 |
| NDF - posição passiva | — | 6.162 | — | 6.162 |
| Opções - posição ativa | 60.750 | — | — | 60.750 |
| Opções - posição passiva | 2.463 | — | — | 2.463 |
| Futuros - posição comprada | 437.237 | 85.437 | 27.889 | 35.013 |
| Futuros - posição vendida | 42.914 | 25.249 | 181.895 | 40.710 |
| Total | 658.958 | 143.930 | 288.185 | 511.892 |

c) Composição por indexador:

| | 2012 | | 2011 | |
|------------------------------------|-----------------|---------------|---------------------|-----------------|
| | Valor a receber | Valor a pagar | Valor de referência | Valor a receber |
| Operações de Swap | — | — | — | — |
| Posição ativa | 47.075 | — | 408.927 | 12.885 |
| Dólar x Libor | 12.956 | — | 147.302 | 4.700 |
| Euro BCE x CDI | 5.571 | — | 32.025 | — |
| IPCA x CDI | 21.085 | — | 49.840 | 7.175 |
| Pré x CDI | 6.463 | — | 78.200 | — |
| CDI x Libor | — | — | — | 918 |
| CDI x Dólar | — | — | — | 101.560 |
| CDI x Euro | 999 | — | — | 92 |
| Posição passiva | — | (35.461) | 245.941 | (16.916) |
| IPCA x CDI | — | — | — | (863) |
| Libor x CDI | — | — | — | (14) |
| CDI x Dólar | — | — | — | (783) |
| CDI x Euro | — | — | — | 13.439 |
| Libor x IPCA | — | — | — | (20.897) |
| Libor x Dólar | — | — | — | (3.200) |
| Libor 1M x Dólar | — | — | — | (10.580) |
| Total de operações de Swap | 47.075 | (35.461) | 654.868 | 12.885 |
| Operações de NDF | — | — | — | — |
| Posição ativa | 81 | — | 2.378 | — |
| Posição passiva | — | (117) | 6.162 | — |
| Total de operações de NDF | 81 | (117) | 8.539 | — |
| Opções de dólar - posição comprada | 324 | — | 60.750 | — |
| Opções de ações - posição vendida | — | (213) | 2.463 | — |
| Total de operações de Opções | 324 | (213) | 63.213 | — |
| Operações de Futuros | — | — | — | — |
| Posição comprada | 449 | — | 585.577 | 22 |
| DDI | 65 | — | 151.866 | (111) |
| DII | 13 | — | 379.515 | 22 |
| DOL | 18 | — | 54.196 | (11) |
| EUR | 276 | — | — | — |
| IND | 77 | — | — | — |
| Posição vendida | — | (701) | 290.769 | 21 |
| DII | — | (86) | 173.603 | (8) |
| DOL | — | (273) | 42.914 | — |
| DUR | — | (1) | 39.495 | — |
| Total de operações de Futuros | 449 | (701) | 876.346 | 43 |
| Total | 47.929 | (36.491) | 1.602.966 | 12.928 |

d) Valor de referência por local de negociação:

| | Bolsa BM&FBOVESPA | Balcão (Cetip) | Total | 2012 | 2011 |
|-------------------|-------------------|----------------|---------|---------|------|
| Operações de Swap | 178.040 | 476.828 | 654.868 | 932.541 | — |

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

CNPJ nº 33.466.988/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

b) Movimentação dos investimentos

| | 2012 | | | 2011 | | |
|--|---------------|-------------------|-----------|---------------|-------------------|-----------|
| | Investimentos | CGD Participações | CGD Total | Investimentos | CGD Participações | CGD Total |
| Saldo inicial | - | 37 | 37 | - | 37 | 37 |
| Aquisição de participação societária (nota 1) | - | 89.824 | 89.824 | - | 89.824 | 89.824 |
| Resultado da participação em controlada | (836) | (1.894) | (2.730) | - | - | (19) |
| Ajustes por incorporação (Transferência de Ágio) (i) | 39.292 | (39.292) | - | - | - | - |
| Transferência de investimento por incorporação (ii) | 48.675 | (48.675) | - | - | - | - |
| Amortização de ágio (i) | (435) | - | (435) | - | - | - |
| Saldo ao final do exercício | 86.696 | - | 86.696 | - | - | 37 |

(i) Em 11 de junho de 2012, o Banco em comum acordo com o Caixa Banco de Investimento S.A., únicos sócios da entidade CGD Participações, decidiram por subscriver 179.650.716 quotas, passando o capital social total para R\$180.954 (representado por 180.954.218 quotas), tendo como objetivo a aquisição dos 30% restantes do capital social da CGD Investimentos. A tabela a seguir demonstra a alocação do preço de compra ao valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da efetiva transação:

| | Valor justo na data da efetiva transação |
|--|--|
| Ativos tangíveis menos passivos (patrimônio líquido) | 69.676 |
| Ativos intangíveis: | |
| Licença | 1.800 |
| Sistemas /Softwares | 700 |
| Carteira de clientes | 28.000 |
| Ágio - rentabilidade futura | 179.474 |
| Preço de compra | 179.650 |

Em 31 de outubro de 2012, como parte da reestruturação societária do Grupo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação, de forma reversa, da totalidade do acervo líquido da controladora CGD Participações pela controlada CGD Investimentos. A incorporação, amparada por laudo elaborado por peritos independentes, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2012, foi efetivada pela absorção de todos os ativos e passivos da CGD Participações, que se extinguiu, tendo sido sucedida pela CGD Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações. Dessa forma, o Banco passou a deter participação direta de 50% do capital social da CGD Investimentos. Esta transação encontra-se em fase de aprovação por parte do Banco Central do Brasil. A CGD Investimentos para fins da incorporação reversa pela adquirida CGD Participações teve o valor do seu patrimônio líquido reduzido, através de provisão integral da diferença entre o valor pago na aquisição em relação ao seu patrimônio líquido (ágio de rentabilidade futura) em 31 de outubro de 2012, no montante de R\$109.974, líquido do efeito tributário apurado sobre a parcela da diferença relativa ao ágio de rentabilidade futura, no montante de R\$31.790, sendo valor líquido de R\$ 78.584. Dessa forma, após a incorporação reversa o investimento em controlada no Banco está demonstrado como segue:

| | Custo | Valor amortizado | Saldo líquido |
|--|--------|------------------|---------------|
| Investimento em controlada na data da incorporação reversa | 49.888 | - | - |
| Ativos intangíveis na incorporação: | | | |
| Licença - CVC | 90 | 23 | 877 |
| Sistemas /Softwares | 350 | 12 | 338 |
| Carteira de clientes | 14.000 | - | 14.000 |
| Ágio - rentabilidade futura | 24.038 | 401 | 23.637 |

c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio (impairment) é efetuado anualmente, considerando a Entidade investida como a única unidade geradora de caixa, visto que esse é o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração. O valor recuperável é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de 5 anos, aprovado pela Administração e taxa de desconto de mercado. As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se principalmente nos resultados líquidos esperados para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de 5 anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável. Assim, não foi identificada nenhuma perda por impairment para os ágios do Banco no exercício. **d) Informações adicionais sobre o investimento em controlada:** O grupo Caixa Geral de Depósitos assumiu a gestão da CGD Investimentos em junho de 2012. A reorganização da Corretora e o foco nos seus objetivos estratégicos definidos exigiram um esforço operacional considerável. Por outro lado, em termos de mercado a CGD Investimentos enfrentou uma conjuntura desfavorável no mercado brasileiro de ações. A Corretora fechou 2012 com um resultado negativo de R\$6.515 (resultado auferido da data de aquisição em abril a dezembro de 2012) o que implicou com que o Banco registrasse uma equivalência patrimonial, correspondente à sua participação de 50%, negativa de R\$ 2.730, a qual se adicionam os custos de amortização do ágio decorrente do processo de aquisição de R\$ 435. A CGD Investimentos possui contingências tributárias cujos os assessores legais entendem que a perda é possível.

14. Imobilizado de Uso

Está representado por:

| | 2012 | | | 2011 | | | | |
|--|------------------------|-------|-----------------------|---------------|------------------------|-------|-----------------------|---------------|
| | Taxa anual depreciação | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Taxa anual depreciação | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| Instalações, móveis e equipamento de uso | 10% | 1.478 | (401) | 1.077 | 10% | 290 | (79) | 211 |
| Comunicação | 20% | 234 | (125) | 109 | 20% | 32 | (11) | 21 |
| Veículos | 20% | 2.034 | (616) | 1.418 | 20% | 32 | (11) | 21 |
| Total | | | | | | | | |

Está representado por licenças de uso de softwares destinados à manutenção das atividades do Banco, ou exercidos com essa finalidade, como segue:

| | 2012 | | | 2011 | | | | |
|-----------------|------------------------|-------|-----------------------|---------------|------------------------|-------|-----------------------|---------------|
| | Taxa anual amortização | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | Taxa anual amortização | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido |
| Licenças de uso | 20% | 1.106 | (734) | 372 | 20% | 1.106 | (734) | 372 |

16. Captações

a) Depósitos:

| | 2012 | | 2011 | |
|----------------------------|----------------|--------------------|----------------|--------------------|
| | De 1 a 90 dias | De 91 até 360 dias | De 1 a 90 dias | De 91 até 360 dias |
| Depósitos a vista | 1.217 | 597 | 1.217 | 597 |
| Depósitos a prazo | 346.507 | 124.657 | 346.507 | 124.657 |
| De 1 a 90 dias | 17.188 | 13.559 | 17.188 | 13.559 |
| De 91 até 360 dias | 71.062 | 51.996 | 71.062 | 51.996 |
| A vencer após 360 dias | 258.257 | 59.102 | 258.257 | 59.102 |
| Depósitos interfinanceiros | 157.972 | 60.250 | 157.972 | 60.250 |
| De 1 a 90 dias | 71.395 | 60.250 | 71.395 | 60.250 |
| De 91 até 360 dias | 56.033 | - | 56.033 | - |
| A vencer após 360 dias | 30.544 | - | 30.544 | - |
| Total de depósitos | 505.696 | 185.504 | 505.696 | 185.504 |
| Circulante | 216.895 | 126.402 | 216.895 | 126.402 |
| Exigível a longo prazo | 288.801 | 59.102 | 288.801 | 59.102 |

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pré-fixadas, no montante de R\$491.622 (R\$179.343 em 2011), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 99% a 106% (de 99% a 112% em 2011). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$12.857 (R\$5.564 em 2011), apresentam taxas ao ano que variam de 6,9% a 14,10% (10,61% a 14,10% em 2011).

b) Captações no mercado aberto:

| | 2012 | | | 2011 | | |
|--------------------------------------|----------------|-----------------------|---------|----------------|-----------------------|---------|
| | De 1 a 90 dias | A vencer após 90 dias | Total | De 1 a 90 dias | A vencer após 90 dias | Total |
| Carteira própria | 160.585 | 5.170 | 165.755 | 110.320 | 110.320 | 110.320 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | - | - | - | 110.320 | 110.320 | 110.320 |
| Debêntures | - | 5.170 | 5.170 | - | - | - |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN - B | 160.585 | - | 160.585 | - | - | - |
| Total de captações no mercado aberto | 160.585 | 5.170 | 165.755 | 110.320 | 110.320 | 110.320 |

c) Recursos de aceites e emissão de títulos: Representado por letras financeiras e letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$7.415 (R\$3.303 em 2011) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 91% a 113%. As letras financeiras com taxas pré-fixadas, no montante de R\$4.443 (R\$4.013 em 2011), apresentam taxas ao ano que variam de 10,65% a 11,00%. **d) Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais:** Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e operações de Fimame com prazo de vencimento em 2013 e em 2016 e são atualizadas pela variação da TJLP ou UNBANDS, acrescida de juros máximo de 1,4% ao ano. **e) Obrigações por empréstimos no exterior:** Em 31 de dezembro de 2012, não havia saldo de empréstimos no exterior em aberto. Em 2011 está representado pela captação USD 2.500 com empresa do grupo Caixa Geral de Depósitos New York Branch, no montante em reais de R\$4.219, com taxa de 0,85% ao ano.

17. Outras Obrigações

a) Sociais e estatutárias:

| | 2012 | | 2011 | |
|-------|---|--|---|--|
| | Depósitos para garantia de patrimônio líquido (*) | Dividendos e bonificações a pagar (**) | Depósitos para garantia de patrimônio líquido (*) | Dividendos e bonificações a pagar (**) |
| Total | 4.276 | 8.312 | 4.276 | 8.312 |

(*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. (**) Referem-se a dividendos pagos aos acionistas sob a forma de Juros sobre Capital Próprio.

b) Fiscais e previdenciárias:

| | 2012 | 2011 |
|---|-------|--------|
| Provisão para riscos fiscais e previdenciários (vide nota 18.a) | 1.921 | 1.878 |
| Imposto de renda e contribuição social | - | 5.197 |
| Impostos e contribuições a recolher | 3.046 | 3.994 |
| Impostos e contribuições diferidos (vide nota 19.c) | 3.396 | 160 |
| Total | 8.363 | 11.229 |
| Circulante | 3.047 | 9.351 |
| Exigível a longo prazo | 5.316 | 1.878 |

c) Diversas:

| | 2012 | 2011 |
|---|--------|--------|
| Valores a pagar a sociedades ligadas (vide nota 21.b) | 37 | 33 |
| Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*) | 1.851 | 1.398 |
| Provisão para contingências cíveis (vide nota 18.b) | 110 | 110 |
| Provisão para sucumbência de honorários advocatícios (vide nota 18.b) | 182 | 182 |
| Provisão para despesas de pessoal | 9.087 | 13.889 |
| Fornecedores a pagar | 661 | 846 |
| Outras | 466 | 494 |
| Total | 12.394 | 16.952 |
| Circulante | 10.384 | 16.604 |
| Exigível a longo prazo | 2.010 | 348 |

(*) Conforme nota 28.a as responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$ 427.254 (R\$315.471 em 2011), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$1.851 (R\$1.398 em 2011), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99.

A Diretoria

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.
BCG-Brasil em São Paulo: Rua Joaquim Floriano, 960 - Itaim Bibi (114º, 16º e 17º andares) Tel.: (11) 3509-9360
BCG-Brasil no Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 228 - sala 1201 D - ala B - Botafogo I Tel.: (21) 3237-6650
CGD Securities em São Paulo: Av. Luscelino Kubitschek, 1.700 - 10º andar - Itaim Bibi Tel.: (11) 3074-8004
CGD Securities no Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 228 - 7º andar - sala 702 - ala A - Botafogo I Tel.: (21) 3138-3100

18. Provisão para Risco e Obrigações Legais

A Administração do Banco, em 23 de junho de 2008, com respaldo do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos S.A., decidiu efetuar a provisão do valor em risco, para as contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, visando o saneamento do Banco Financeiro Português em "Liquidação Ordinária", para que pudesse reiniciar as atividades como banco múltiplo. Com base nas atualizações dos processos ocorridas no exercício de 2011, a Administração, substanciada na opinião de seus assessores jurídicos, reanquadrando os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09 (nota 18.b).

Assim, o Banco possui provisões para contingências de natureza fiscal e cível, oriundas do Banco Financeiro Português, nos montantes de R\$1.921 (R\$1.878 em 2011) e R\$329 (R\$252 em 2011), respectivamente, as quais estão registradas nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e "Outras obrigações - diversas".

a) Obrigações legais e contingências fiscais:

| Descrição | 2012 | | 2011 | |
|-------------------------|----------|---------------------|----------|---------------------|
| | Provisão | Depósitos judiciais | Provisão | Depósitos judiciais |
| Obrigações legais: | | | | |
| Contribuição social (i) | 364 | - | 354 | - |
| PIS (ii) | 1.484 | - | 1.451 | - |
| Subtotal | 1.848 | - | 1.805 | - |
| Contingências fiscais: | | | | |
| ISS (iii) | - | 1.465 | - | 1.351 |
| IRPJ | 73 | - | 73 | - |
| Subtotal | 73 | 1.465 | 73 | 1.351 |
| Total | 1.921 | 1.465 | 1.878 | 1.351 |

(i) Referem-se, principalmente, a autuações sofridas pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL dos exercícios de 1997 e 1998, cujas bases de cálculo, utilizadas para recolhimento desse tributo, estão sendo questionadas pela Receita Federal do Brasil - RFB. (ii) Referem-se, principalmente, a processo de compensação de PIS requie dos anos de 1995 a 2002. (iii) Referem-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$1.465. Na opinião dos assessores jurídicos, a contingência para este processo é remota. **b)** A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

| | 2012 | | 2011 | |
|---------------------|---|-------------------------------------|---|-------------------------------------|
| | Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias | Contingências cíveis e sucumbências | Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias | Contingências cíveis e sucumbências |
| Saldo em 31/12/2010 | 3.914 | 111 | 1.155 | 1.217 |
| Constituição | (2.118) | (111) | (1.045) | (1.038) |
| Saldo em 31/12/2011 | 1.796 | - | 110 | 182 |
| Constituição | 43 | - | - | 43 |
| Saldo em 31/12/2012 | 1.921 | - | 110 | 182 |

(*) Devido aos julgamentos favoráveis ocorridos no primeiro semestre de 2011 e consequente reanquadrado pelos assessores jurídicos do Banco, para risco de perda remota, a Administração reverteu as provisões anteriormente constituídas. **c)** O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é o seguinte:

| | 2012 | | | | 2011 | | | |
|------------|---|-----------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|---|-----------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| | Obrigações legais e contingências fiscais | | Contingências cíveis e sucumbências | | Obrigações legais e contingências fiscais | | Contingências cíveis e sucumbências | |
| | Valor em risco provisionado | Valor em risco provisionado | Valor em risco provisionado | Valor em risco provisionado | Valor em risco provisionado | Valor em risco provisionado | Valor em risco provisionado | Valor em risco provisionado |
| Perdas | 364 | 265 | 265 | 354 | 290 | 290 | 290 | 290 |
| Provisões | 3.084 | 1.557 | 1.042 | 27 | 2.978 | 1.524 | 1.017 | - |
| Possíveis | 1.488 | 1.557 | 1.042 | 27 | 2.978 | 1.524 | 1.017 | - |
| Remotas | 1.488 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 4.936 | 1.921 | 1.309 | 292 | 4.800 | 1.878 | 1.309 | 292 |
| Quantidade | 7 | 6 | 7 | 7 | 6 | 6 | 6 | 7 |

d) Adesão ao programa de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia Lei nº 11.941/2009). Em 30 de setembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais (REFIS), estabelecido pelo Decreto nº 6.999, tendo sido incluídos nos programas os seguintes débitos:

| | Principal | | Multa e Juros | | Valor total | | Valores pagos | |
|------------|-----------|------|---------------|------|-------------|------|---------------|------|
| | CPMF | CPMF | CPMF | CPMF | CPMF | CPMF | CPMF | CPMF |
| Quantidade | 7 | 6 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 |

O referido REFIS foi homologado pela Secretária da Receita Federal e a provisão e o depósito judicial anteriormente constituída foram revertidos em 31 de dezembro de 2011.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

| | 2012 | | 2011 | |
|---|-----------------------|-----------|-----------------------|-----------|
| | 2º Semestre Exercício | Exercício | 2º Semestre Exercício | Exercício |
| Resultado antes da tributação, líquido da participação no lucro | 8.922 | 22.078 | 8.922 | 15.002 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente | (3.568) | (8.831) | (6.001) | - |
| Efeito das adições e exclusões na apuração do imposto: | | | | |
| Despesas com gratificações e benefícios | (82) | (514) | (1.587) | - |
| Provisões constituídas em exercícios anteriores (*) | 280 | 14 | 2.535 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 1.932 | 1.932 | 3.831 | - |
| Juros sobre capital próprio (vide nota 20.b) | - | - | 327 | - |
| Incentivo fiscal e PAT | - | - | 83 | - |
| Base negativa de exercícios anteriores | (306) | (383) | 30 | - |
| Outros | - | - | 30 | - |
| Imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício | (2.980) | (8.743) | (782) | - |

(*) Referem-se, basicamente, as provisões para contingências cíveis e fiscais, referente ao Banco Financeiro Português (nota 18.c) que não foram constituídos créditos tributários anteriormente por não ter atendido as exigências da Resolução CMN nº 3.535/08. **b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias:** A Administração do Banco efetuou o reconhecimento de créditos tributários e obrigações diferidas sobre diferenças temporárias no montante de R\$9.162 (R\$14.794 em 2011) e R\$3.396 (R\$160 em 2011), respectivamente, fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base montante de R\$3.987 do Banco Financeiro português. **f) Expectativa de realização e valor presente de créditos tributários e obrigações diferidas:** Os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

| | 2012 | | 2011 | |
|---|---|-------------------------------------|---|-------------------------------------|
| | Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas | Provisão para contingências fiscais | Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas | Provisão para contingências fiscais |
| Ajustes de marcação a mercado de derivativos | 1.441 | 1.411 | 1.454 | - |
| Ajustes de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda | 892 | | | |